



RELATÓRIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL TEMÁTICA

“EMPRESAS E EMPREGO EM TORRES VEDRAS”

23 de maio de 2024

Esta Sessão Temática da Assembleia Municipal, subordinada ao tema, “Empresas e Emprego em Torres Vedras” realizou-se no auditório dos Paços do Concelho, no dia 23 de maio de 2024, pelas 21h00, tendo como oradores convidados o Diretor do Centro de Emprego de Torres Vedras, Carlos Pinto, o Presidente da direção da CAERO, João Elias e o Presidente da direção da CAERO, João Rodrigo.

No decorrer da sessão foram proferidas as seguintes intervenções:

José Correia - Presidente da Assembleia Municipal:

É sempre grato ver a presença e estarmos em ambiente em que os diferentes tipos de entidades, diferentes tipos de ideias e diferentes tipos de visão sobre algum dos fenómenos mais importantes que nós temos para o nosso concelho sejam tão agregadoras e que tragam, sobretudo, esta boa representação, a um debate que nós queremos frutuoso nesta Assembleia Municipal,

Quero cumprimentar os senhores vereadores, os senhores presidentes de Junta de Freguesia, os senhores Deputados, e quero cumprimentar um conjunto de pessoas e convidados que estão aqui nesta sessão.

Quero vos dizer que é com grande gosto, e com uma grande expectativa que a Assembleia Municipal torriense vai realizando estas assembleias municipais temáticas, que se enquadram dentro de uma visão que temos, e que está plasmado na lei, sobre as missões das Assembleias Municipais, que são essencialmente os órgãos deliberativos de aprovação de instrumentos e de processos apresentados pelos Executivos Municipais e, essencialmente, as Assembleias Municipais são os órgãos que deliberam, que aprovam ou não aprovam, nomeadamente esses instrumentos e esses processos de gestão do município, sob propostas dos executivos, são simultaneamente órgãos fiscalizadores, por isso, vão fiscalizar depois se aquilo que está aprovado, aquilo que está acordado, está a ser executado e isso está também de acordo com aquilo que regulamentarmente se deseja ver feito, mas também tem uma terceira missão não tão regulada, legalmente que é uma missão de estar preocupada e envolver-se naquilo que se diz que é as atividades de desenvolvimento social, sócio económico, cultural, o que for, devem ser matérias que as Assembleias Municipais devem ter esse tipo de intervenção e devem se processar e fazer com que isso aconteça e também não o devem fazer sozinhos, devem fazer em conjunto com a comunidade.

As Assembleias Municipais são os órgãos representativos da comunidade, é nas Assembleias Municipais que a democracia em si dos concelhos se concretiza, se realiza, onde esse debate de ideias e de perspetivas se concretiza, se faz, é casa da democracia do concelho e quando nós estamos a falar em fatores de crescimento, de desenvolvimento, de melhoria da qualidade de vida, deve-se fazer com as entidades

respetivas, ou seja, com quem tenha responsabilidades na nossa comunidade, no nosso território, no nosso concelho.

Quero vos dizer que nós, Assembleia Municipal de Torres Vedras, já fizemos uma assembleia municipal temática que até se realizou em 2 sessões sobre o “Cluster Alimentar do Concelho”, ou seja, há uma Comissão Permanente de Economia e de Demografia da nossa Assembleia Municipal, fez um trabalho de análise e inventariação das atividades económicas no concelho há um ano atrás e considerou que se devia fazer uma assembleia municipal temática na altura.

Realizou-se em fevereiro e maio, uma assembleia municipal temática sobre esse cluster alimentar, porque é a atividade económica mais expressiva, que nós temos no nosso concelho e não é uma coisa pouco expressiva.

Com os dados, o nosso concelho já tem volumes de vendas, em 2022 de quase 4 biliões de euros. Não me estou a enganar no número, vendeu em 2022 quase 4 biliões, o que não é uma marca qualquer e diferencia-nos fortemente em relação a muito do país.

É um concelho que, por exemplo, tem cerca de 12.000 empresas. Em 2022 se calhar até já ultrapassava 12.000 empresas. Estamos a falar de muitas e variadas situações que nos congratula e que nos fazem, nós, em termos de Assembleia Municipal, estar preocupados com algumas situações e percebermos quais são as melhores decisões que se devem tomar em relação a cada um dos fenómenos que fazem parte e que nós temos que dar respostas, muitas delas políticas de decisão, sobre estes assuntos, à melhoria da nossa qualidade de vida.

Queria também e ainda há pouco não disse, quero dar um agradecimento especial, à nossa Agência investir, nomeadamente ao Carlos Robalo, porque muitos dos dados que nós vamos trabalhando a nível da assembleia, sobretudo da Comissão de Economia demografia, tem sido um excelente trabalho que nos tem sido municiado e em conjunto, encontrar dados que permitam caracterizar bem no nosso concelho.

Também quero vos dizer que estas responsabilidades da Assembleia Municipal sobre esses assuntos é também uma responsabilidade que nós temos de ponto de vista muito histórico, ou seja, o concelho de Torres faz este ano qualquer coisa como 774 anos. O foral que instituiu o concelho de Torres, a carta de Foral foi produzida pelo Rei Afonso III em 1250. Muito tempo, não é? 774 anos já de foral, o nosso concelho, muita história tem as nossas terras e as nossas gentes. E Torres Vedras já recebeu este foral, porque então já era um território de gente trabalhadora, empenhada em construir e desenvolver. Nós somos boa gente.

Os torrienses sempre foram e continuam a ser pessoas de grandes méritos e de grandes feitos, por isso é uma responsabilidade também desta assembleia saber honrar este

ilustre passado e, por isso, temos tido este cuidado de fazer trabalhos que também enalteçam aquilo que se faz no nosso concelho e que também sirva de informação e de aprendizagem, para os agentes políticos, ou seja, neste caso para os deputados municipais e para todos os eleitos municipais porque estão aqui presentes, os vereadores, os presidentes das freguesias, os deputados municipais, e isto também é um ato de formação para todos, formação para quem está aqui presente.

A nossa Assembleia Municipal é composta por 7 grupos municipais, 7 grupos políticos distintos, temos PS, CHEGA, Aliança, PCP, UTV, PSD e o CDS, e dentro deste quadro muito plural, a assembleia tem que funcionar e posso dizer que estas assembleias municipais temáticas e todos estes trabalhos têm sido aprovados por unanimidade por todos os membros da assembleia, de todos os grupos municipais, o que é um bom sintoma da nossa democracia e do interesse de todos em fazerem algo em prol do nosso concelho.

Porquê esta Assembleia Municipal temática sobre “Emprego e Empresas”? Porque Torres Vedras tem características muito particulares, por exemplo, nós temos evoluído permanentemente, do ponto de vista demográfico, cada 10 anos temos evoluído 10.000 habitantes. Somos dos poucos concelhos e até nesta orla costeira a Norte de Lisboa, somos essencialmente nós e a Mafra que temos evoluído em número de habitantes e não é assim tão pouco quanto isso. Nós há 20 anos tínhamos 60 e pouco mil habitantes agora temos 84.000 e consideramos que devemos ter, um bom bocado já mais do que 84.000, ao dia de hoje, porque isto são os dados dos censos de 2021.

Mas reparem que a cidade não tem crescido assim tanto, porque efetivamente, Torres Vedras tem uma característica diferente de quase todos os outros concelhos, até em comparação com aquilo que se passa em concelhos, mais ou menos vizinhos que é, temos vários centros económicos espalhados pelo concelho.

Nós podemos dizer que as pessoas que vivem na zona de Santa Cruz Silveira não necessitam de vir a Torres para a sua atividade socioeconómica diária, a mesma coisa do lado de A-dos-cunhados, e Sobreiro Curvo, do lado de São Mamede e de São Pedro e até da Freiria, ou seja, porque o Concelho se vai dispersando do ponto de vista até dos diferentes tipos de ofertas e é para analisar estas coisas e para percebermos o que está acontecer, que também convidámos 3 entidades, que estão aqui comigo neste painel, que vem apresentar as suas visões sobre “Empresas e Emprego no concelho”: **João Elias** como presidente de Direção CAERO, **João Rodrigo** como presidente de ACIRO e o **Carlos Pinto** como delegado da Delegação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, e que mais uma vez agradeço na vossa disponibilidade e o vosso compromisso cívico e vontade de participar e com certeza que vamos ser muito enriquecidos com a vossas intervenções.

Como é que isto se vai passar?

Já fiz o meu papel, irei dar a voz numa primeira numa 1ª parte, ao nosso amigo João Elías e depois irei a pedir a cada um para intervir, e depois se algum elemento dos grupos municipais desejar intervir, intervenha, mas a partir dessas intervenções, darei a voz a quem o desejar e espero que o façam.

E o que é que se pretende? Pretende-se 2 coisas.

Pretende-se que as vossas intervenções sejam essencialmente de análise, claro, mas também de proposta, que daqui possam sair ideias mais ou menos conclusivas que possam ser transformadas em recomendações a apresentar à Assembleia Municipal para a própria Assembleia Municipal aprovar essas recomendações, discuti-las, analisá-las e aprová-las e fazê-las chegar ao Executivo Municipal ou a outras entidades públicas ou privadas, a quem essas recomendações devem ser endereçadas, por isso, precisamos disso, queremos que o façam, tragam ideias e tragam recomendações, tragam propostas, no sentido de melhorar o nosso território, o nosso concelho.

Outra situação, comprometemos, e esta sessão já está a ser divulgada, online, estamos a ser vistos pelo canal normal, em que todos os atos públicos dos órgãos municipais são transmitidos, está a ser transmitida, já está se ter a sua divulgação, mas também nos comprometemos depois de uma forma explícita, sintética, mas explícita de fazer a divulgação do que se passou aqui hoje, ou a sua publicitação mais possível em órgãos de comunicação.

A todos muito obrigada, mais uma vez, por estarem presentes e vou dar de imediato a palavra:

João Elias – Presidente da Direção da CAERO:

Eu estou aqui em representação do CAERO, Centro de Apoio ao Empresário da Região Oeste e é nessa qualidade, que quero desde já agradecer ao presidente da Assembleia Municipal doutor José Correia, o convite para participar neste debate sobre empresas e emprego.

Quero também saudar todos os vereadores presentes, os deputados municipais, os presidentes de junta, as senhoras e os senhores convidados, que vão ter paciência de nos ouvir aqui durante algum tempo.

Sobre o emprego, Torres Vedras tem o privilégio de ter uma taxa de desemprego das mais baixas do país, mas disto falará o Carlos Pinto, diretor do Centro de Emprego de Torres Vedras.

Isto é, na ótica de quem emprega pessoas, a dificuldade que, às vezes tempos para recrutar gente qualificada.

Mesmo assim, quero salientar as infraestruturas de formação que o nosso concelho tem, para além de muitas entidades que aqui operam, como é o caso das instituições CAERO e ACIRO, entre outras, mas também são muitas as empresas de formação profissional que operam no nosso território, mas aquilo que quero salientar com destaque pela qualidade, são as escolas profissionais que temos:

Escola Agrícola de Runa, há muitos anos a debitar técnicos da área agrícola e agroalimentar e outras, forma por excelência jovens que ficam preparados para o início da sua atividade profissional com elevada preparação e profissionalismo. Lá tomam contacto com todas as fases do mundo rural e os ciclos da atividade agrícola. É um privilégio termos no nosso concelho, uma escola profissional como a Escola Agrícola de Runa e é uma mais valia na formação dos nossos jovens que vem, em muito, contribuir para o desenvolvimento do mundo rural.

Depois temos a ESCO Escola de Comércio e Serviços do Oeste. É um exemplo, não só no seu crescimento, como na qualidade da formação que ministra os jovens, sobretudo nas áreas ligadas ao turismo e hotelaria. Os jovens que de lá saem são preparados para trabalhar em qualquer parte do mundo com elevado profissionalismo e competência. Muitas outras formações ligadas ao comércio, serviços são ministradas sempre com elevada qualidade e profissionalismo, o que coloca os formandos desta escola na primeira linha da empregabilidade, quer o local, quer fora do nosso território.

CENFIM - Centro de Formação Profissional para a Indústria Metalúrgica e Metalomecânica é outra escola de referência. Hoje não era possível a nossa indústria estar no grau de elevação que está sem o contributo do CENFIM. Esta escola profissional tem formada ao longo de décadas profissionais das mais variadas áreas profissionais, normalmente áreas mais tecnológicas. Posso afirmar que hoje o tecido empresarial disputa os jovens que de lá saem, o que é bom para a empregabilidade e valorização salarial destes jovens.

Se para o emprego existe todas estas ferramentas de formação e qualificação profissional para os nossos jovens, as empresas beneficiam do facto de no mercado de trabalho poderem contar cada vez mais com profissionais qualificados para as exigências de hoje.

A periferia geográfica é para as nossas empresas, muitas vezes um travão ao seu crescimento e desenvolvimento e ao aparecimento de oportunidades. Estar na nossa localização, não é o mesmo que estar no centro da Europa, para as oportunidades que surgem.

Mesmo com qualidade técnica das nossas empresas, que hoje têm, muito pela crescente valorização dos seus recursos humanos, oriundos das escolas profissionais

e da formação profissional que é ministrada no nosso território, conseguimos concorrer internacionalmente em muitos setores de atividade.

No setor do turismo e restauração, onde a mão de obra nacional disponível não é suficiente, sendo que uma boa parte é feita com imigração e sem ela não funcionava como está a funcionar.

Outro setor muito dependente da imigração, é o agroalimentar na nossa região, com forte componente exportadora, mas vive muito dependente de mão de obra estrangeira.

Já o setor industrial, normalmente mais tecnológico e menos dependente de mão de obra estrangeira, vive muito apoiado nas escolas profissionais, sobretudo no CENFIM, que forma de uma forma geral, todas as especialidades referentes ao setor industrial, desde soldadores serralheiros, eletricitas, refrigeração, mecânica, desenho técnico e todas as especialidades de CNC e assim dão cobertura praticamente a todas as áreas do setor industrial, muitas vezes, não em quantidade suficiente, mas são uma boa uma ajuda.

As boas ligações que as escolas profissionais com que o tecido empresarial local leva à colocação de formandos durante o período de estágios anual, para que haja um primeiro contacto dos formandos com a realidade das empresas, levando alguns vezes a uma reorientação da sua carreira profissional.

É tudo para já o que gostava de dizer, ficando desde já a vossa disposição.

Muito obrigado a todos, em especial ao Senhor presidente da Assembleia Municipal doutor José Correia.

João Rodrigo – Presidente da direção da ACIRO:

Boa noite a todos e em especial o senhor presidente da Assembleia Municipal, senhores vereadores, senhor deputados e todos que me ouvem.

Venho da ACIRO Associação Comercial Industrial e Serviços da Região Oeste e com muito agrado, estou aqui nesta assembleia municipal temática, e de muito interesse para a nossa região.

O tema, e o desafio que me propuseram era aqui falar sobre os desafios para a nossa economia não esquecendo que das empresas que o senhor Presidente falou há um bocado, 95% são micros, são essas que nós na ACIRO representamos e muitas vezes não são ouvidas, e são essas para que nós estamos aqui com algumas propostas e algumas recomendações que gostaríamos de deixar, e tem muito a ver com uma coisa transversal a todas as empresas, porque falando de empresas, e pensando que existem vários setores, é difícil arranjar um denominador setor a setor com dificuldades e dificuldades.

Aquilo que vou passar a apresentar são meia dezena de propostas e de entraves que nós vemos, que podem ajudar a desenvolver o nosso concelho, é nesse aspeto que venho aqui e isto porquê, porque são aquelas que nós mais ouvimos queixar nos nossos serviços, nós temos uma base que são os nossos associados, as empresas com que nós lidamos diariamente, e basicamente é nesse sentido que nós somos aqui a voz deles.

1 - Nesse sentido, vou passado a falar da falta de mão de obra qualificada e de mão de obra em geral, já uma coisa debatida hoje, o meu colega orador, João Elias falou disso, é mais um problema que nós temos no nosso concelho, nós entendemos que a falta de mão de obra qualificada, é um problema crescente e é necessário investir na formação profissional para esse setor, não esquecendo que a formação profissional no ensino secundário representa 30% dos inscritos, quando a média europeia é 50%, ou seja, temos muito caminho a caminhar nesse sentido.

O que nós propomos para resolver isso é um forte investimento profissional, nestas 3 escolas que são exemplos de todas as que existem no concelho, no caso do CENFIM, nas áreas industriais a ESCO comércio e serviços e o Externato Penafirme reconhecido pela pertinência dos cursos profissionais, e todas as outras que não falei e que já foram faladas pelo João Elias, como a Escola Agrícola de Runa.

O que nós propomos e que gostaríamos de recomendar é aumentar o apoio das parcerias com estas instituições de modo a ampliar a oferta de cursos relevantes.

Nós consideramos que é um dos problemas das nossas empresas e um dos problemas que mais nos chegam e que maiores dificuldades temos em responder.

2 - Problema seguinte é a falta de habitação para os trabalhadores estrangeiros, não só por isso em si, mas porque condiciona o concelho de forma geral, a pressão que isso coloca, especialmente nas freguesias, onde eles estão mais implementados, se calhar com menos oferta e isso condiciona tudo o resto.

Temos casos de ofertas de emprego que não são respondidas, porque a primeira coisa que as pessoas perguntam é alojamento? e depois quando vão á procura de alojamento, está ocupado com estes trabalhadores.

Então para a falta de habitação e instalações adequadas para albergar os trabalhadores estrangeiros, o que nós pedimos é uma agilização dos licenciamentos e incentivar projetos de habitação social e acessível de forma a ter condições condignas para estes habitantes.

3 - O próximo tema é falta de uma rede de transportes mais vasta, falta de rede de transportes e horários adequados.

Para que tenham ideia dos últimos 20 anos no concelho de Torres e segundo os Censos de 2021, o aumento da utilização de carro para viagens para o trabalho aumentou 10.000 pessoas, ou seja, em 2021 havia a 21 mil pessoas que utilizavam hoje existem 31 mil pessoas e existe uma coisa mais grave, é que há que reconhecer que existe ao longo destes anos que os executivos têm feito uma pressão acentuada na parte dos meios de transporte, meios suaves, as agostinhas, toda essa pressão e o que é facto é que os números dizem que a utilização de todos esses meios, tem-se vindo a reduzir.

Existirá um problema, gostaria de ver estendido os transportes existentes como o TUT e implementar estratégias que melhorem a mobilidade e reduzir congestionamentos, porque a cidade não para e o concelho não para.

4 - Juntarem-se parceiros e saberem as nossas dores que é os atrasos nos pagamentos dos apoios comunitários, isto traz um tremendo estrangulamento nas empresas e vamos falar mais uma vez aqui, dar consciência a quem não tem consciência disso e pedir apoios nesta agilização.

O que pedimos é medidas para agilizar os pagamentos e a criação de um sistema de abatimentos ou garantias temporárias para minimizar os impactos de tesouraria. Todos estes fatores vão de certa forma não só, a quem já está nesses processos de financiamento agilizar como dar coragem para aqueles que ouvem falar disto e recusam-se a avançar, terem mais coragem para avançar.

5 - Por fim e sendo nós micros, os custos associados á fatura da água, é uma coisa todos os deputados municipais, com toda a certeza, já ouviu a falar disso.

O que nós basicamente pedimos, é que exista uma reavaliação das tarifas de modo a garantir a equidade entre todos os municípios da região Oeste, porque o que acontece é que as nossas tarifas são sem dúvida das mais caras do Oeste e nesse sentido, é uma queixa que nós ouvimos especialmente dos micros e pequenos negócios, que se calhar, os grandes conseguem sustentar isto e ter outro tipo de recursos, mas sem dúvida que os pequenos têm muita dificuldade nisso.

Resumindo:

Proposta global - reforçar a colaboração com as instituições de ensino profissional, agilizar o processo de licenciamento e construção da habitação, expandir e melhorar a rede de transportes públicos, implementar medidas de aceleração e pagamento de apoios comunitários, minimizar os custos de água, saneamento e resíduos urbanos.

E são coisas muito terra a terra que acho que todos vocês podem estar mais sensíveis para isso. Uns já defendem e é aquilo que nos fazem chegar e agradeço por me terem escutado.

Carlos Pinto – Diretor do Centro de Emprego de Torres Vedras:

Boa noite, antes de tudo cumprimentar o senhor presidente da Assembleia Municipal agradecendo desde já o desafio, cumprimentar também os senhores vereadores, senhores presidentes, e os senhores deputados e restante dos presentes na sala.

Normalmente nestes convites para dissertar um pouco sobre, digamos, a situação, eu aproveito para a fazer uma radiografia àquilo que é o emprego e desemprego no nosso concelho.

Nesse sentido, começaria só por dizer que o Centro de Emprego é uma Unidade Orgânica do Instituto de Emprego da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, mas temos a nosso cargo 5 concelhos, eu chamo Oeste Sul por contraponto ao Oeste Norte, isto tem a ver com, enfim, com algum peso que um não têm e podia ter mais, mas são os concelhos de Torres Vedras, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Alenquer e Lourinhã.

Em todos os concelhos temos um serviço que nos ajuda e coadjuva que são os Gabinetes de Inserção Profissional, no concelho temos um em A-dos-Cunhados na junta de freguesia e eu chamo-lhes os nossos braços armados que estão mais próximos das populações e que são uma mais valia e o enfim ajudam a poupar alguns tostões a pessoas que já têm muito pouco.

A missão principal do centro de emprego é apoiar pessoas na procura de emprego e apoiar as empresas na oferta de emprego que têm disponível para, digamos, ajustar pessoas às necessidades que têm, naturalmente, nesse sentido, nós temos 4 grandes áreas de intervenção: inserção e reinserção profissional, apoio que nós fazemos e que fazemos a articulação e intermediação entre a procura e a oferta de emprego. Aqui, com os programas estágios, por exemplo, o apoio na integração de públicos desfavorecidos.

Eu citaria só para não me alongar, porque, enfim, é uma lista muito grande, mas tenho alguma satisfação dizer que somos a instituição que mais apoia as pessoas com deficiência e incapacidade e, portanto, também aqui, e há uns anos tínhamos muito pouca noção de quantas pessoas tinha incapacidades e precisavam de apoio.

Neste momento, já temos uma cobertura muito maior, posso adiantar a títulos de curiosidade. Estes números que eu vou dar tem a ver sempre com o desemprego registado, portanto, não tem a ver com a taxa de desemprego propriamente dita, apesar de já se ter falado e, de facto, nós estamos normalmente com 2 pontos percentuais abaixo da média nacional, mas a mim interessa-me é as pessoas que estão registadas os nossos ficheiros, e ao nível de deficiência, nos temos, em todo o concelho 85 pessoas, ou seja, 4,1% dos inscritos no centro de emprego são pessoas com deficiência que também temos que apoiar, aliás, as empresas têm obrigações, há umas quotas

para o efeito, eu não me vou alongar, porque é matéria que o ACT deve ter como preocupação, mas, de qualquer maneira, há quotas para se cumprir e, enfim, já se ultrapassaram os limites para que se cumprissem, como a maior parte das coisas em Portugal, normalmente dá-se mais uma prorrogação de prazo etc.

Outra das áreas em que atuamos são os requerimentos de prestações de desemprego. As prestações de desemprego são requeridas no Centro de Emprego e nós ajudamos o desempregado a fazer o preenchimento dessas prestações nesse requerimento e depois encaminhamos para a segurança social, encaminhamos tudo virtualmente, já não precisamos papel.

Depois apoio à contratação de trabalhadores e a manutenção de trabalhadores.

Apoio ao empreendedorismo, assistência e apoio na criação do próprio emprego e no desenvolvimento de competências empreendedoras.

As ações de formação que também colocamos à disposição dos nossos desempregados, com o apoio dos centros de formação profissional, em especial no centro de formação de Alverca.

Isto obriga-nos permanentemente a ter que nos adaptar às necessidades do próprio mercado de trabalho, ou seja, nós estamos e temos que estar sempre abertos a novas propostas, a situações que haja necessidade de se apoiar e estudarmos a melhor maneira de dar resposta às situações que nos são colocadas.

Indo mais para as questões que têm a ver com os números, eu peguei só aqui em 2 datas, março de 2019, percebem porquê e março de 2024 e posso dizer-vos que ainda não recuperámos ao nível do concelho, ao n.º de inscritos que tínhamos em 2019, ou seja, há pequenas quebras, mas há um aumento em março de 2024, no nosso concelho, temos mais 291 pessoas inscritas, isto também tem a ver com o que um senhor Presidente há pouco falava, que há crescimento, há atratividade e as pessoas vêm para Torres Vedras e há ainda um outro fator que normalmente se esquece que é o facto de nós termos muita gente a trabalhar fora do concelho, mais propriamente em Lisboa e, portanto, quando perdem o emprego inscrevem-se no local de residência e isto, enfim, pode diz desconfigurar aqui um bocadinho as nossas ideias mentais sobre esta matéria, mas, de facto, nós apanhamos um pouco com o desemprego, quando há desemprego em Lisboa, uma empresa não trabalha e tem não sei quantos trabalhadores daqui da zona, nós sentimos aqui, porque as pessoas têm que se inscrever no seu local de residência e não no local onde trabalhavam e, portanto, isto às vezes pesa um bocadinho em termos estatísticos.

Dar nota de que, neste momento, nós temos 2070 pessoas à procura de emprego no concelho, estou a dar dados de março, isto poderá ter aqui uma variação, dos quais à

procura de primeiro emprego são só 116, jovens temos muito poucos, esta é uma preocupação, temos muito pouco jovens depois temos 1954 pessoas à procura de novo emprego.

Uma outra questão que normalmente se tenta ligar é o número de pessoas que estão a receber prestações de desemprego ou rendimento social de inserção. Eu aqui lamento dizer, mas só cerca de 50% destes 2070 é que tem prestações deste género, os chamados subsídios de desemprego, ou rendimento social de inserção, portanto, aquela ideia de que as pessoas estão muito presas, esta situação não é bem assim, é daqueles mitos que é preciso que desfaçamos, porque de facto não é verdade.

Chamar a atenção que nós temos nos 5 concelhos, temos neste momento, 4300 e poucas pessoas inscritas, portanto, Torres Vedras tem quase 50% deste peso, naturalmente, porque é o concelho que tem mais residentes, nos tínhamos população empregada em 2023, 38.000 pessoas.

Por setor de atividade houve nos últimos 10 anos uma alteração de 180 graus, temos 7,1% no setor primário, cerca de 24% no setor secundário de pessoas empregadas e cerca de 68% no setor terciário, portanto, houve aqui uma mudança radical, de quando eu conheci a trabalhar, quando isto era completamente invertido.

Mais 2 ou 3 indicadores, as ofertas de emprego mais representativas por grupos de profissão, no nosso concelho e mesmo no Oeste Sul, são ao nível da contabilidade, relações públicas, pessoal de apoio a clientes, os motoristas, assistentes de preparação de refeições, vejam também uma nova designação.

A propósito de novidades, nós Instituto de Emprego estamos a transitar para uma forma diferente de fazer o ajustamento entre a procura e oferta de emprego, que vai passar a ser por competências, ou seja, as empresas queixavam-se muito porque tínhamos uma banda muito curta que é a classificação nacional de profissões, ou melhor dizendo a classificação portuguesa de profissões, a banda era extremamente estreita e, portanto, trabalhávamos por profissão e às vezes para ajustar a profissão que a empresa quer com a profissão que o trabalhador desempregado tem, não é fácil e, portanto, vai-se começar a trabalhar por competência e pessoas vão ser ajustadas pelas competências, podem ser até competências adquiridas fora do sistema de formação e, portanto, estamos cientes que vai haver facilidade no ajustamento entre a procura e oferta de emprego.

A nível de escolaridade as pessoas mais representativas das que estão à procura de emprego são as que têm o ensino secundário, e o grupo etário mais preocupante é o dos 35 aos 55 anos.

Nós no ano de 2023, tínhamos como meta abranger em medidas de apoio ao emprego, como estágios e apoios à contratação, 921, conseguimos fazer um bocadinho mais, conseguimos como quase todos os anos conseguimos ultrapassar, mas isto tem a ver um pouco com a dinâmica da própria economia, que se a economia não estiver boa, estes números não se fazem, nós não conseguimos trabalhar e era aqui que eu ia deixar como preocupação e como desafio, o nosso trabalho depende muito da pujança ou não da economia.

Se estivermos em baixo, temos muito mais pessoas nos ficheiros e menos oportunidades para o efeito.

Deixar um outro dado de 2023, conseguimos colocar pessoa nas empresas 2.400 pessoas ao nível dos 5 concelhos, aqui não tenho dados mais restritos.

Como desafio permanente para nós, a preocupação é o combate do desemprego, e também o combate ao desemprego de longa duração e a oportunidade é continuamos a trabalhar em parceria, para mim é fundamental, ainda hoje estivemos numa reunião de manhã em que temos gente aqui presente, e que se falou disso, que temos que trabalhar em rede e de facto nós não conseguimos trabalhar sem as empresas, por um lado, e sem haver essa tal parceria, e se não nos chegarem os problemas, nós não conseguimos de todo trabalhar.

Temos uma equipa, está a começar a envelhecer, mas neste momento, ao nível da região de Lisboa e Vale do Tejo, o quadro está completo e tem-se mantido mais ou menos estável, só vamos começando a ficar mais velhos, isto é normal, começando por mim e, portanto, o que é que se pede, colaboração da comunidade, continuação de parceria.

Uma das coisas que eu gostava de também deixar como desafio que é, nós temos ao nível da autarquia uma plataforma que é de oferta formativa em todo o concelho, que precisa de ser acarinhada e precisa de ser, enfim, está meia moribunda, precisa de algum apoio e, portanto, esses eram os desafios que eu deixava.

Outras Intervenções:

Marta Gerales – Deputada Municipal do PSD

Em nome da bancada do PSD agradecer a vossa a presença aqui hoje, no meu caso, por pertencer à Comissão Permanente de Economia e de Demografia e para salientar o trabalho que presidente da Assembleia Municipal, e presidente desta comissão, tem vindo a fazer ao longo dos últimos meses e, portanto, esta é a segunda Assembleia Municipal temática, no seguimento dos nossos trabalhos sendo o tema que nos une aqui hoje, o crescimento económico das pessoas, das empresas e do nosso concelho.

De acordo com os dados conhecidos recentemente, e se nenhuma medida nova forem adotadas, a economia portuguesa continuará a crescer em torno dos 2% nos próximos anos, o que é consideravelmente pouco.

Temos que assumir todos, os que estão aqui na sala e não só, um espírito reformista e transformador do nosso território, com a ambição de promover mudanças estruturais que aumentem a produtividade e a competitividade da nossa economia. Só uma economia com maior produtividade e mais competitiva pode gerar um maior crescimento económico. Só com mais crescimento económico, é possível gerar a riqueza necessária para, de forma sustentada e prolongada no tempo, ter melhores empregos com maiores níveis de remuneração.

Nesse sentido, os contributos que nos podem trazer hoje são de suma importância e mais do que qualquer um dos partidos que esteja aqui representado, posso mencionar o que ao longo dos últimos anos, tem vindo a desenvolver nesse sentido, os vossos contributos de quem está diariamente, digamos assim, no terreno a contratar e a fomentar a economia são mais importantes do que qualquer coisa que possamos aqui dizer hoje.

O grupo Municipal do PSD está seguro que só com trabalho contínuo dos diversos agentes económicos e com os decisores políticos, podemos contribuir fortemente para um maior nível de crescimento económico e sustentado e, por consequência, desenvolvimento do nosso território. Contamos convosco para melhorar, contem connosco para ponderar e decidir.

O representante da União dos Sindicatos

Excelentíssimo senhor presidente, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal de Torres Vedras, caras e caros cidadãos presentes.

Antes de mais em nome da União Sindical de Torres Vedras, Cadaval, Lourinhã, Mafra e Sobral de Monte Agraço gostaria de agradecer o convite nos endereçaram para participar nesta sessão da Assembleia Municipal temática sobre a “Empresas e Emprego em Torres Vedras”.

A União Sindical Torres Vedras, é a estrutura intermédia da União dos Sindicatos de Lisboa e da CGTP Intersindical Nacional, cujo âmbito de intervenção é o conjunto dos concelhos a Oeste pertencentes ao distrito de Lisboa e que integra os sindicatos seus afiliados a que denominamos zona Oeste, á exceção de Mafra, todos estes concelhos, embora façam parte do distrito de Lisboa não pertencem à Área Metropolitana de Lisboa e á denominada grande Lisboa.

Nesse sentido, a análise da situação económica, social e laboral que fazemos têm esta dimensão, embora muitos dos problemas que se colocam aos trabalhadores em Torres

Vedras sejam comuns aos que se colocam nos outros concelhos da zona oeste do distrito e do próprio país.

Os dados de que dispomos no que respeita às condições do emprego no concelho, em particular e na zona Oeste em geral, têm por base as estatísticas publicadas e o acompanhamento sindical, quer conseguimos fazer. É natural que tenhamos apreciações e opiniões diferentes sobre a temática em discussão, tendo em conta os interesses que representamos, mas estou certo que partilharemos o mesmo sentido de preocupação com o presente e a necessidade de se encontrarem as soluções mais ajustadas para o futuro do desenvolvimento económico e social do concelho de Torres Vedras e da região Oeste.

Naturalmente que ficarão aquém da verdadeira dimensão da qualidade do emprego, ou em muitos casos da sua falta, até porque muitas empresas não cumprem com a obrigatoriedade legal de facultar os balanços sociais às estruturas representativas dos trabalhadores, e em muitas situações ainda mais graves, onde dos sindicatos, continuam a ser impedidos de entrar em locais de trabalho para desenvolver a ação sindical, junto aos trabalhadores quer seja no setor privado, no setor social ou mesmo na Administração Pública.

A zona Oeste e nomeadamente o concelho de Torres Vedras, possui condições, tem enormes potencialidades de desenvolvimento e aproveitamento dos seus recursos naturais, que a concretizar-se traduzir-se-iam em mais emprego, em mais produção, quer na transformadora, quer no setor agrícola.

De acordo com os quadros de pessoal, o concelho de Torres Vedras tem 3.101 estabelecimentos empresariais e um peso ainda importante do setor produtivo, sobretudo quando comparado com o restante distrito de Lisboa.

Dos cerca de 157.000 trabalhadores por conta de outrem, existentes na zona Oeste, 41,2% pertencem ao concelho de Torres Vedras, mais exatamente, 23.554 trabalhadores. Destes perto de 20% estão na indústria transformadora com uma dimensão muito superior aos 7% do conjunto do distrito e 7% na agricultura, produção animal e pesca, onde apenas 0,8 % dos trabalhadores estão nestas atividades, apesar disso, tal como no distrito de Lisboa, a zona Oeste sofre as consequências da falta de aposta e destruição do aparelho produtivo, do desmantelamento e de deslocalização de importantes empresas, registando-se um crescimento, assente maioritariamente em empresas do setor dos serviços, plataformas logísticas ligadas à grande distribuição e comercialização, onde proliferam formas de contratação dos trabalhadores de extrema precariedade, baixos salários e mesmo trabalho não declarado ou clandestino.

Neste momento, 3 em cada 10 trabalhadores no concelho de Torres Vedras, labora no comércio por grosso e retalho, cerca de 28,5%. Com os condicionalismos já referidos, deixamos mais alguns dados importantes para reflexão:

Perto de 19.000 trabalhadores, 18.972 na zona oeste têm um contrato precário na sua maioria contrato com termo certo, que significa que 3 em cada 10, 1/3 dos trabalhadores da zona Oeste têm um contrato precário, destes 5.557 estão no concelho de Torres Vedras, onde a proporção de trabalhadores com vínculos precários consegue ser superior ao conjunto da zona Oeste, 35,2%. Mais de metade dos jovens trabalhadores por conta de outrem na zona Oeste, 53,5% e no concelho de Torres Vedras 57% tem um contrato precário e esta é uma situação cada vez mais transversal a todos os setores e ramos de atividade.

Verifica-se mesmo um crescimento significativo de formas precárias de contratação na administração pública e em particular, na administração local de que são exemplo a própria Câmara Municipal de Torres Vedras e algumas juntas de freguesia do concelho. Eu arriscar-me-ia a dizer sem ser muito pessimista que daqui a meia dúzia de anos não haverá um trabalhador com contrato efetivo nem na administração pública, nem no setor privado. Esperemos que não, esperemos que as coisas mudem.

Já agora quanto aos salários e às pensões:

Não há nenhum concelho da zona Oeste onde a remuneração média mensal atinja sequer os 1000 euros mensais. No concelho de Torres Vedras, a remuneração média mensal é de 966 euros, 30% abaixo da média remuneratória do distrito.

Em termos de pensões da segurança social a realidade é também difícil. A pensão média de velhice no concelho de Torres Vedras é de 509 euros que corresponde em termos médios em menos 144 euros mensais do que o valor de pensão média de Área Metropolitana de Lisboa, 652 euros.

Mais ainda a desigualdade na distribuição dos rendimentos no concelho de Torres Vedras é bastante expressiva, e revela que, por detrás dos valores médios acima referidos já por si baixos, estão trabalhadores muito mal numerados e que exigem urgentes aumentos salariais e a justa valorização do seu trabalho.

De acordo com o INE, no concelho de Torres Vedras os 10% que declaram maiores rendimentos já depois de deduzido o IRS, ganham 6,4 vezes que os 10% que declaram novos rendimentos.

Sobre o desemprego, segundo os últimos dados de que dispomos, existem mais de 4.600 desempregados na zona Oeste, 4.633, dos quais 45%, 2070 desempregados, pertencem ao concelho de Torres Vedras.

Por último dizer que ao contrário do que alguns pretendem fazer crer, aos trabalhadores não é indiferente, o desempenho, a capacidade, o crescimento e a afirmação das empresas é, aliás, em grande parte da sua prestação, que depende o sucesso das empresas, isto num quadro em que lhes assiste o direito de apresentarem e lutarem pelas suas reivindicações, por melhores salários pela efetiva dos seus vínculos laborais, pelo respeito dos horários de trabalho e pelo direito à negociação e contratação coletiva, uma negociação séria e baseada no respeito mutuo entre empregadores e trabalhadores em que não são aceitáveis propostas, por exemplo, de aumentos de 0%.

O sucesso das empresas e o desenvolvimento do concelho não é nem pode ser incompatível com a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, muito pelo contrário.

Carlos Miguel – Público:

Boa noite aos meus concidadãos e elogiar a iniciativa.

De alguma forma peço desculpa por ir mudar o foco porque esta última intervenção é importante e boa para nós refletirmos em termos daquilo que é o nosso trabalho e remuneração do trabalho e isso tem muito a ver com a com a economia em si, ou seja, com baixa remuneração, dificilmente temos uma economia florescente e, por isso, peço desculpa, ao interlocutor porque vou mudar o diapasão, mas não é por vontade de mudar o tema, é só para colocar outro tema.

Embora o Senhor Presidente tenha pedido para darmos sugestões, eu vou por questões, não à procura de uma resposta, mas de alguma forma procurar abanar um bocadinho a cabeça de cada 1 de nós, na certeza que todos nós, todos os que estão nesta sala se preocupam muito com o nosso concelho.

A primeira questão tem a ver com o facto de nós em Torres Vedras, sermos juntamente com o Sobral de Monte Agraço, no concelho mais a sul da Área Metropolitana de Lisboa, com acessos a fundos comunitários, que é uma arma, uma arma poderosa e eu gostava de saber como é que nós temos utilizado essa arma, ou seja, no quadro comunitário PT 2020, o que é que nós fizemos no concelho para ir captar empresas à Área Metropolitana de Lisboa, o que é que lhes oferecemos e o que é que neste próximo quadro comunitário que já entrou em vigor que é o PT 2030, o que é que está a pensar fazer para captar novas empresas? Não só fortalecer aquelas que cá estão, mas captar novas, nova gente, o que é que se está a fazer por isso?

Por outro lado, se captamos, quantas é que captamos em 7 anos, quantas é que foram aquelas que conseguimos captar, quantas empresas conseguimos deslocalizar para Torres Vedras à conta desta vantagem dos fundos comunitários, ou será que eles não serviram para grande coisa, ou não servem, ou será que nós não estamos a vender um

produto que temos na nossa mão, e que não estamos a utilizar, e a partir daqui questiono.

Nós em Torres Vedras conseguimos pôr uma obra no PRR e a obra que conseguimos por no PRR é uma daquelas raras do país inteiro que são ligações áreas empresariais, concretamente a ligação do nó da A8 Ramalhal, às Palhagueiras, ligando à área empresarial da Paul, Fonte Grada e, por isso, está na nossa mão, concretizar ou não concretizar a obra no sentido de valorizar e ampliar área empresarial da Paul/Fonte Grada.

E a questão que eu coloco é esta: uma vez feita a estrada, há lotes para oferecer empresários, oferecer não é para dar, há oferta? ou não há oferta, ou seja ou vamos ter a estrada, vamos ter terreno, mas não temos área empresarial, não há produto para vender e para captar novos investimentos, novo emprego, possivelmente melhores salários.

Este não é um problema desta variante e do PRR, porque à frente dos nossos olhos, nós temos uma área empresarial no PDM em Campelos que terá 15 a 20 anos, que é em cima do nó da autoestrada e eu questiono quantos empreendimentos empresariais é que já foram colocados? quem foi o privado que já fez lá um loteamento industrial ou empresarial.?

E o mesmo eu pergunto para a área empresarial do Sarge que é mais perto de Torres Vedras e junto ao nó norte de Torres Vedras. Quem é que já empreendeu no sentido de captar para ali o investimento? Onde é que está esse investimento? Que condições é que nós temos para receber empresas e isto no mercado que é um mercado concorrencial. Nós temos uma velha tradição da qual eu fui herdeiro e transmissor, por isso também tenho culpas no cartório em que Torres Vedras não precisava de criar espaços empresariais, porque a nossa atratividade era tanta que as empresas aqui chegavam, compraram, faziam e nós íamos perante quem nos aparecesse.

Hoje, os dias não são assim, hoje não há concelho que não tenha uma área empresarial para oferecer a quem lá aparecer, e há concelhos e há municípios que neste momento, com 2, 3 áreas empresariais distintas no seu território, com ofertas distintas e dou casos concretos: Viana do Castelo está a construir 2 áreas empresariais distintas e é a Câmara Municipal que o faz expropriando terrenos, urbanizando e depois, digamos, pondo no mercado.

Águeda está a fazer mais 2 áreas empresariais enormes e Águeda não é muito diferente de nós, a vender terrenos 5 euros o metro quadrado a própria câmara municipal para grandes empresas, e escolhe as empresas que quer lá e, por isso, não querendo obter

respostas, acho que estou no sítio certo que é a Assembleia Municipal e com elementos da Câmara Municipal que temos que pensar nisso.

Para além de pensar disso, dar-vos uma certeza é que se no PT 2020 se apoiava a criação de áreas empresariais, o PT 2030 apoia a criação de áreas empresariais e, por isso, era bom que os autarcas da minha terra, da nossa terra pensassem e quisessem ver onde é que vamos pôr os *Jokers*, onde é que vamos pôr as cartas em termos de investimento e em termos de utilização dos fundos comunitários para o próximo quadro comunitário de apoio, e se o nosso posicionamento será aquele que eu tive, não é para culpar os outros, que é de esperar que alguém bata à porta da câmara com investimento, ou se sou eu presidente de câmara ou quem for o presidente de câmara, digamos que tem bater à porta das empresas porque eu tenho aqui uma boa localização para lhes oferecer e é nesta fase que nós estamos.

Nós hoje temos “n” presidentes de câmara, com uma malinha na mão a bater à porta das empresas, a perguntar “você se calhar no meu território estava melhor do que onde está” e esta é uma mudança radical de pensamento e não são só os territórios do interior, ou os municípios do interior estão a fazer isto, são também os do litoral.

Falei em Viana do Castelo e falei de Águeda, não estou a falar do interior, estamos a falar em territórios do litoral, que têm potencialidades idênticas às nossas, neste momento, muito superiores às nossas, porque estão três passos à nossa frente e, por isso, era bom que pensássemos também nisso.

José Damas Antunes - Presidente de Junta da UF de Campelos e Outeiro da Cabeça

Se calhar, começo pela questão que o doutor Carlos Miguel colocou, porque, de facto, queria abordar esse aspeto também até porque como ele referiu a tal a área industrial que o PDM tem em Campelos pela sua proximidade do nó da autoestrada, de facto, deve-nos dar, aquilo que foi referido, uma posição ativa e não mantermos uma posição passiva como temos estado nas últimas dezenas de anos, de facto há que alterar essa situação e a câmara passar a empenhar-se claramente ser um embaixador de captação de investimentos e empreendimento para o concelho.

Gostava de abordar também mais ou 2 ou 3 questões, uma é julgo que é necessário aumentar e reforçar a ligação entre as empresas e as escolas, isso acontece pouco e eu digo isto com experiência, porque tive que andar a forçar a direção da Escola de Campelos para levar lá empresas. Já conseguimos lá levar uma, mas de facto, é necessário fazer isto mais, pois é no 9.º ano que os alunos começam a saber o que é que querem, e não querem, e precisam de perceber e o ideal seria que às vezes

pudessem ir à própria empresa, mas não for isso e se a empresa for lá e explicar, acho que isso tem que ser aumentado, um pouco por todo o concelho em todas as escolas.

Depois outro aspeto que eu acho que acontece, nós conhecemos mal o nosso tecido empresarial, o que é que há, o que se faz, sabemos uns setores, mas os próprios empresários em si, muitas vezes não conhecem aquilo que existe no concelho e às vezes vão contratar ou comprar fora do concelho, quando havia cá esse calhar produto a preços idênticos, portanto, há que também nesse aspeto a fomentar essa ligação, esse conhecimento real daquilo que acontece, por vezes, os políticos conhecem melhor do que os próprios empresários, porque nas campanhas eleitorais fazem visitas e os empresários não perdem do seu tempo a fazer isso, acho que tem que se tentar arranjar uma maneira de fomentar esse conhecimento.

A nível da formação, já foram focados alguns aspetos, não tenho dados, mas acho que se deveria tentar, há uma área que não está coberto em termos de formação que é a área de construção civil. Não sei se o CENFIC tem ou não, mas à semelhança da delegação do CEMFIM era bom que houvesse, para pedreiros, aplicadores de tetos falsos, e até falo numa noutra vertente que toca à freguesia que é a dos refratários, curiosamente, nem sequer existe na lista de profissões do país. É uma coisa muito estranha, mas na minha freguesia são umas centenas de pessoas que trabalham em refratário e não há.

Ana Miguel - Público

Obrigada Senhor Presidente pelo convite a um conjunto de entidades que integram a rede social e é nesse sentido que vou intervir na qualidade de representante, do Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas Henrique Madeira e queria aqui deixar unicamente 2 notas: uma que se prende com as 2 primeiras intervenções e a segunda que se prende com a última intervenção.

Relativamente à intervenção do sr. José Elias e da ACIRO gostaria que acrescentassem numa próxima intervenção, os 11 cursos profissionais que existem na Escola Secundária Henriques Nogueira e na Escola Secundária Madeira Torres.

Efetivamente, a rede de oferta formativa de cursos profissionais integra também estas 2 escolas e no próximo ano, só na cidade teremos 13 cursos profissionais, estes a acrescentar aos 18 que foram referidos, portanto, não devemos excluir não esquecer esta oferta, porque ela vai engradecer e dar mais valor á oferta formativa no âmbito profissional, para além disso e fazendo um bocadinho publicidade à entidade que eu represento, o Agrupamento de Escolas Henriques Nogueira, é a escola com mais diversidade da oferta profissional em todo a CIMOeste.

A outra nota tinha a ver com uma chamada de atenção foi feita pelo Carlos Pinto e que eu corroboro e temos conversado sobre isso e que se prende com uma outra questão, uma outra vertente da formação que é a formação de adultos. Nós vamos ter a partir de setembro, uma grande oferta de formação modular certificada, fruto de candidaturas ao PT 2030 e eu acompanho isto, porque as entidades ao fazerem as candidaturas têm que criar uma rede de protocolo e acabamos por ficar todos um pouco envolvidos e aqui cruza-se com aquilo que o Carlos Pinto estava a dizer, a urgência de voltamos a dar uma atenção muito particular à rede local de educação de formação, mais na vertente de adultos, que foi criada, salvo erro 2014 ou 2015 e que ainda contém entidades que já estão completamente desativadas, outras que já não estão no nosso território, portanto, no fundo, era voltarmos a fazer dessa ferramenta que já existe, que é dar-nos retoques, digamos, a atualiza-la por forma a que todas as pessoas que queiram aceder a formação tenha uma ferramenta online no site, no âmbito portal da Educação do município que lhes permita aceder a toda a diversidade de oferta sem ter que andar a bater de porta em porta à procura para saber aquilo que há.

Agradecer a abertura e o desafio às pessoas que normalmente não estão diretamente ligadas à Assembleia Municipal para se envolverem mais nas discussões de território.

Ana Teresa Carvalho - Deputada Municipal do UTV

Muito boa noite a todos e pegando um bocado nas palavras doutor Carlos Miguel e do Eng.º Damas e um avançando um bocado com o pragmatismo em algumas áreas que já me caracterizam noutras reuniões desta assembleia, pensando na questão da captação de empresas para dar resposta à necessidade de resolução de problemas que já existem no concelho e estão identificados, gostava de salientar uma questão ligada aos resíduos da agricultura que, como todos sabem, nós temos um peso muito grande, principalmente da agriculturas com utilização de plástico estufas, acho que a segunda maior área do país, contudo, soluções para tratamento dos resíduos, seja dos plásticos, seja dos orgânicos, seja de outros que já foram levantados na última reunião temática em que um dos membros ligados à agricultura e eu própria sugerimos que fosse considerada uma oitava proposta, que na altura havia 7, ligada à resolução desta questão eu volta a levantar a questão e pensando até que haverá fundos comunitários, há já áreas industriais que estão paradas muito próxima até do ponto de acesso à autoestrada que facilitaria também, porque nós podemos não ter uma solução de tratamento, mas temos obrigatoriamente que ter uma solução de armazenamento temporário de concentração de resíduos para facilitar também, não só os produtores de maior dimensão, que esses têm uma dimensão que é mais fácil vir aqui um operador buscar resíduos e levados para 80 quilómetros, ou mais daqui, mas os pequenos é preciso concentrar e muitas vezes estamos a falar, e eu uma vez fiz um desafio concreto

de uma estrada que precisava de ser arranjada que eram 800 metros de terra batida estreita e que se fosse melhorada havia empresas, operadores de gestão de resíduos licenciados interessados a virem para cá.

Isto foi há cerca de 3 anos e sei que houve conversações, mesma ao nível da agência e as coisas nunca avançaram e isso é um desafio concreto e algo que pode ser feito e provavelmente ser apoiado pelos fundos comunitários.

Diogo Guia - Vereador do UTV

Sou vereador do Movimento Unidos por Todos Vedras, movimento cívico e gostava de agradecer em 1º lugar ao nosso anfitrião, senhor presidente da Assembleia, é muito saudável, que ponha as pessoas a falar umas com as outras, porque é isso que nós mais precisamos e cumprimentar acima de tudo, as intervenções excelentes do senhor João Elias, do João Esteveira e doutor Carlos Pinto, porque foram antes de mais informativas, puseram-nos a pensar, a ajudar na reflexão, cumprimentos por isso, mas perpassa por todas elas, uma coisa que eu julgo que é comum, que é nós andamos muitas vezes a falar de dados e também cumprimentar o Senhor Presidente da União dos Sindicatos, porque é de dados que nós precisamos de falar e, por isso, nós apresentámos no nosso programa eleitoral, uma coisa que nos parece de mais elementar necessidade, O que os empresários precisam de é informação, nós estamos aqui a falar nos grandes investimentos, captação de investimento e isso é tudo fundamental são ancoras do desenvolvimento, mas, como dizia o João Esteveira 95% do tecido são micro empresas e o que mais estas pessoas precisam é que, por um lado, os burocratas saiam do caminho e por outro que os políticos rasguem caminho de futuro e aquilo que se sentiu e se sente, nós sabemos, que há empresários que vão para Mafra, porque é muito mais fácil lidar com as coisas lá.

Podem dizer que é politiquice, não, é verdade, são factos, portanto, há uma necessidade permanentes aqui, não sei se endémica, do poder se concentrar, inclusive nos 407 quilómetros quadrados, e continuamos com as juntas de freguesia com orçamentos de 500.000 euros.

Não é possível ter gabinetes de apoio à internacionalização ao apoio às empresas locais, com este tipo de orçamentos e, portanto, é preciso começarmos a falar um bocadinho mais verdade aos cidadãos e estamos todos a contribuir para isso, porque esta coisa de falar de dados e tirar conclusões sentados em cima de recorrentes falhanços é trágico.

Não se pode falar desenvolvimento industrial de uma Costa Atlântica, quando não se tem uma via rápida para Santa Cruz, não é possível? Isso é ficção científica, e portanto, nós temos que exigir aos políticos, a começar por nós próprios, evidente, e estamos a

dar um contributo possível num sistema que está muito anquilosado e tem muita dificuldade em se alterar, que é preciso proteger e servir, proteger e servir, e o *mind set* servir, passa por olhar para este perfil de empresários e dizer, “mas, nós podemos estar com mecanismos sofisticadíssimos ou aqui com grandes filosofias sobre o apoio às empresas”, não, nós precisamos de coisas tão simples como um **centro de informação** e tratamento estatístico, disponibilizado online, onde os empresários podem recolher informação desde os agricultores, saber qual a informação técnica agrária relevante para o seu concelho específico qual a informação que, de facto lhes interessa.

Fazer estas ligações eu sou um otimista impenitente, acho que há muito mais coisas a correr bem do que mal e, portanto, alinho com o que diz senhor João Elias, quando diz que se congratula com o nível de formação que temos no concelho, eu também acho que é bom, o problema é que saem daqui, formam-se cá, mas vão-se embora e continuamos a dizer está tudo bem, e eu um destes dias vou oferecer o “Cândido do Voltaire” a alguns políticos aqui do concelho, porque parece sempre tudo bem, vivemos sempre no melhor dos mundos, “qual é a área”, está tudo resolvido, não, não está, precisamos de fazer isto que é o provocar a reflexão e para isso precisamos de uma coisa, mais do que opiniões, de dados, informação, transparência.

Não se pode falar em desburocratizar e depois para ter um empresário a construir uma simples fábrica mesmo pequena, ter um processo de calvário e depois diz-se ao arquiteto, “se faz favor de avançar com isso”, mas o arquiteto só tem 2 horas de atendimento por dia. Há aqui qualquer coisa está profundamente errada.

Depois há muitos serviços que a câmara presta, e por que razão não são prestados por empresas da comunidade? Se temos microempresas, porque é que não há um levantamento, um escrutínio de quais são as empresas que nos podem responder: no papel, na pintura, na tinta, isso numa foi feito. Nós não vimos nem acreditamos em balas mágicas de prata, não acreditamos em Messias, acreditamos é que na nossa sociedade, como muito bem disse o doutor Carlos Pinto, o perfil mudou, nós tínhamos 40%, pessoas no setor primário há 20 anos, hoje temos 7 e não insultem a inteligência das pessoas. Hoje os cidadãos estão perfeitamente conscientes que há recursos para gerir de outra maneira.

É preciso começar por isto, por as pessoas a falar umas com as outras. Fazer reflexão, mas, sobretudo, admitirmos que temos entendimentos diferentes sobre certas coisas.

O UTV acha que, por alguma razão, durante séculos, 2.250, com no Foral de Dom Afonso III e depois no Foral subsequente do D. Manuel, que foram aqui instalados alguns dos principais conventos do país. Essas pessoas que eram poder político enfático, não vieram para aqui por serem burros, vieram para aqui, porque aqui encontrava-se uma riqueza natural e um perfil humano de qualidade.

Temos é que fazer bastante melhor e fazer bastante melhor, não é dizer que somos melhores do mundo, não, temos é que olhar para o sul e dizer “então eu não estou a competir com Sintra, Cascais e Oeiras porquê? Porque é que não faço a captação de investimento, que já foi falado? Não, nós fizemos ao invés, andámos a esconder e fazer de conta e houve aqui até políticos que ofereceram isenções de IMI durante vários anos, não aos daqui, mas aos de fora, o que levantava logo o problema de equidade.

Concretizando aquilo que é o nosso propósito, nós não queremos construir a casa pelo telhado, não temos nem queremos ouvir prosápia de quem tem mais informação do que os outros, queremos é que essas informações esteja disponível todos os cidadãos e queremos que em todas as áreas em que seja possível desenvolver a economia local através da contratação de serviços da câmara, que isso seja um objetivo, que o nosso objetivo seja ajudar as empresas e ajudar não é criar um centro de formação, como bem muito explicou o doutor Sérgio Galvão numa sessão de câmara. A Agência Investir tem o orçamento face àquilo que é o atendimento custa 242 euros por pessoa, o atendimento, nós agradecemos, mas vemos as coisas de maneira ligeiramente diferente.

Nós queremos fazer, como foi dito aqui por estes senhores, que se faça, que não se tenha uma plataforma municipal de ligação, que é isto que o senhor aqui fez hoje, mas que tem que ser permanente, que não se ouça no fim da frase “está moribunda”. Temos que ser todos mais ambiciosos nos objetivos, mas mais humildes no processo e aceitar que não temos segredos mágicos, mas que há uma coisa que temos que fazer aos cidadãos, porque transparência não é senão processo, a transparência não é um adjetivo, a transparência é um processo e começa logo por exigir e nós comprometemos a isso, nos primeiros 6 meses, caso merecermos essa confiança dos cidadãos, estará instalada em Torres Vedras, o centro de informação e tratamento estatístico, mas depois de ouvir os empresários e saber exatamente como é que vamos arrumar isso.

Jorge Pereira – Gerente Joper/Tomix

Eu ouvi atentamente todas as intervenções, gostei, mas queria comentar aqui 2 intervenções antes falar, sobre problema em questão.

A primeira do senhor Presidente da União dos Sindicatos, efetivamente estou de acordo com ele, quando diz que os salários em Portugal são baixos, são baixo, é uma realidade e têm que ser aumentados, têm vindo a ser aumentados e tem que aumentar mais, de qualquer das formas quando compararmos com um ordenado da União Europeia, a grande maioria dos países têm 2 meses e não têm subsídio de refeição, como grande maioria das empresas paga 7, 8 ou 9 euros, por dia por dia, e isto não anula a diferença, mas atenua e é preciso explicar, não podemos comparar 14 meses, temos que falar em rendimento anual.

Lamento também que exista 30%, ou seja, 3 em cada 10 trabalhadores que esteja numa situação precária e eu posso dizer que das 170 pessoas que nós temos, temos 3 pessoas nessa situação, portanto, é também um passo que Portugal tem que dar e com certeza que dará.

Quanto o rácio que o presidente referiu dos 6 para um, isto é que os 10% ganhavam mais 6 vezes os 10% com rendimentos mais baixos e eu até me surpreende, porque isto passa-se em qualquer parte do mundo, se formos para a Rússia é pior, China é pior, Alemanha é maior o rácio, e Estados Unidos é maior e nem vamos falar em África, portanto, é sempre salutar que existam diferenças salariais. Agora estamos inteiramente de acordo que os 10% de vencimentos mais baixos em Portugal são baixos e têm que aumentar.

Quanto à intervenção do doutor Carlos Miguel, ele tem realmente toda a razão. Ele tem conhecimento do que é que eu sofri para construir 2 fábricas, fui muito ajudado pela câmara, mas, de facto, a burocracia foi enorme e ele e o doutor Jacinto Leandro que foram excelentes parceiros, a câmara foi um excelente parceiro, porque, temos 140.000 metros de terreno, e não podíamos ir para a zona industrial a pagar uma barbaridade ao metro quadrado, portanto, mas houve por parte da Câmara Municipal um empenho total.

Referindo agora ao que nos trouxe aqui, que é a falta de pessoas para trabalhar, porque se não houver pessoas para trabalhar não há empresas:

A primeira coisa e o setor que me toca, a metalomecânica, tenho um colega nosso, que é o João Elias, que explicou muito bem a tudo o que fazemos, na área da formação, mas nota-se cada vez mais uma dificuldade de captar jovens para a área da metalomecânica, embora as condições das metalomecânicas eu falo da minha, mas penso que na grande maioria, tenha hoje excelentes condições sociais, portanto, desde balneários, refeitórios e até condições ambientais dentro empresa, mais há uma fuga, é difícil captar um jovem para a metalomecânica.

Penso que concorda comigo, porque as pessoas, é difícil, naturalmente que a culpa também é dos empresários e não é só do Governo.

Quanto ao facto de nós termos dificuldade de mão de obra, é um problema transversal de Portugal e, de facto, está desregulado, um dos grandes problemas do mundo e como todos temos assistido é imigração, e nós vamos a Lisboa dantes víamos aquelas imagens terríveis no México e da Síria em quem a EU paga 3 mil milhões para lá ter as pessoas que coitadas fogem da Síria, mas o certo é que não podemos abrir as portas, porque a Europa tem uma cultura diferente e as pessoas que vêm para cá,

naturalmente, tem que se adaptar à nossa cultura. Nós temos que ser flexíveis, mas o quanto baste.

Por outro lado, também penso que devia de haver uma regulamentação na imigração, porque países como o Brasil, ou do norte de Africa, o Vietname, ou outros países do Extremo Oriente também há metalomecânicas e também tem lá pessoas que, naturalmente, auferem rendimentos bastante mais baixo e gostavam de vir para Portugal e, portanto, porque é que o Governo central não capta imigração especializada em cada área e, portanto, Torres Vedras precisava ou absorvia 100 operários metalomecânica, precisava de 500 operários para agricultura, 200 para os serviços, portanto, devia haver uma imigração regulamentada.

Uma terceira questão é que estamos aqui e eu gostei muito de ouvir os políticos, acho que sou o 1.º empresário a falar e ainda se quer trazer mais empresas para Torres.

Eu também quero mais, mas onde é que estão as pessoas, onde é que estão as residências para as pessoas morarem, dignas, não é para acontecer o que acontece em Odemira, ou o que está a acontecer em Lisboa. As pessoas são humanas e merecem todo o nosso respeito e condições de trabalho.

Vasco Ferreira - membro da Comissão Municipal da Juventude.

Agradecer o convite endereçado aos membros do Conselho Municipal da Juventude, cumprimentar os senhores deputados da Assembleia Municipal, senhores vereadores, outras comissões municipais que existe e demais civis que estejam na sala.

Dar 2 notas:

O Conselho Municipal da Juventude, juntamente com o executivo está a promover, neste momento, o diagnóstico da juventude do concelho de Torres Vedras, que é um assunto que tem vindo a ser debatido, se não estou em erro, nas últimas 3 reuniões daquele Conselho Municipal para elaboração do Plano Municipal de Juventude que poderá ser um instrumento em que a própria Assembleia Municipal e as entidades que funcionam em rede, poderão colher alguma informação, e já se falou aqui muito de informação estatística, que se possa recolher desse mesmo inquérito que está a ser promovido para aos jovens entre os 15 e os 30 anos do município.

Uma ideia que poderá ser absorvida pelo município, seria, por exemplo, a captação das chamadas *spinoffs* das empresas, ou seja, das empresas de muito alta tecnologia que saem das universidades portuguesas. Um exemplo disso é o município de Oeiras com o programa Oeiras Valley que tem que tem captado uma série de empresas para o seu concelho e não tem uma universidade no seu conselho, aliás tem um polo do Ins. Sup. Técnico da Universidade de Lisboa, mas não é agregador de todas as *spinoffs* que têm naquele município.

Torres Vedras pode ser um desses municípios satélites da Área Metropolitana de Lisboa, não o querendo ser, porque queremos pertencer à zona Oeste, mas tem todas as condições e para ter essas mesmas empresas, em Torres Vedras há pelo menos 2 que eu conheça que são *spinoffs* de projetos, e são empresas muito conceituadas, mas depois lá está, não têm unidade de fabrico no município, vão ter unidades de fabrico noutros municípios, ou seja, não podemos ter em Torres só os polos de desenvolvimento e investigação, temos depois de ter todos os outros complementos dessa mesma indústria.

E esses problemas podem ser mitigados. Efetivamente, nós temos muitos residentes no concelho e depois temos um problema de imigração, como se chamam hoje da fuga de cérebros, e esse problema tem que ser mitigado e eu penso que que se possam deixar alguma mais valia com a captação dessa empresas, porque, aliás, essa empresas não têm requisitos de licenciamento nem têm necessidades de edificações e de espaços de trabalho, porque hoje em dia, como sabemos, é muito feito na área do híbrido e é essa opinião e essa ideia que queria deixar.

José Correia - Presidente da Assembleia Municipal

Só queria dar aqui algumas informações e por causa dos dados e tenho ali o doutor Carlos Robalo que me pode ir corrigindo se for necessário.

Há aqui questões interessantes no nosso concelho, até que nos surpreende. Nós na Comissão de Economia e Demografia da nossa Assembleia, temos andado a trabalhar dados, desde que fomos eleitos, e que há uma coisa interessante, por exemplo, eu com base nos dados de 2022 e fazendo uma projeção para 2023 e que já foi aqui dito, acredito que existem já mais de 85.000 pessoas que vivem no nosso concelho, e que dessas 85.000, dentro dos 15 aos 65, são quase 40.000 empregados no nosso concelho e desses quase 40.000 empregados e estou a falar de cor, desses 40.000 pessoas entre os 15 e os 65 que trabalham, até porque é nessa faixa etária que se conta os trabalhadores, devem ser cerca de 33.000 pessoas que trabalham em empresas com sede fiscal em Torres Vedras.

Depois para o restante, metade trabalha para empresas em Torres que não tem sede fiscal em Torres e outra metade cerca de 3 a 4.000 pessoas, trabalham fora do concelho, residem no concelho e trabalham fora do concelho, está mais ou menos assim, mais centenas para cima ou para baixo, mas estes são os números que nos caracterizam presentemente.

E utilizamos vários dados, até porque temos utilizado vários dados para algumas coisas, tanto do ponto de vista demográfico, com questões associadas às bases do próprio INE, da *datacenter* da CCDR do Centro, o da Informa que é alimentado pelas IES das

empresas todas do país, e nós temos de trabalhado esses dados por isso, temos aqui uma situação do ponto de vista de caracterização demográfica associada ao trabalho no nosso concelho bastante interessante que tenho estado a ver, tenho andado a extrapolar de todos estes dados que é, por exemplo, uma coisa interessantíssima no nosso concelho que é a criação de vários centros socioeconómicos e podemos depois analisar isso através de volumes de entidades e de emprego por freguesias e conjuntos de freguesia, o que é uma coisa que não está feita e que nos transmite outra dimensão do concelho em relação a tudo aquilo que é a volta de nós e reparem que o concelho de Torres, no que diz respeito à CIM Oeste vale, em qualquer dos indicadores, sempre acima de um terço, penso em qualquer indicador, estamos sempre a valer para cima de um terço de todos os outros indicadores financeiros económicos, económico-financeiros e demográficos em muitas coisas.

Eu quero dizer isto tudo porquê? Porque estas coisas têm-se alterado substancialmente. Há aqui coisas muito difíceis do ponto de vista, para os empresários e agora falo para os empresários e para os sindicatos, porque todas as entidades que têm alguma relação direta com o emprego e com as empresas, tem havido uma transformação na zona, digna de registo, temos sido muito plásticos e muitas coisas.

Posso dizer que do ponto de vista financeiro, o nosso concelho continua a ser caracterizado por ter um conjunto vasto de empresas pequenas, como estamos aqui a dizer, destas PME que são a marca do país e do nosso concelho também, por muito que tenhamos algumas empresas, que dentro dos parâmetros de dimensão já são consideradas médias e grandes, por isso, porque ultrapassaram os 250 trabalhadores ou os 500 trabalhadores ou determinado tipo de volumes de faturação, por isso, já temos aqui um conjunto vasto de empresas que têm essa expressão.

Mas temos uma outra expressão, continuamos a ter um conjunto de empresas, com aquilo que depois dizemos, com as suas demonstrações patrimoniais pobres, e isso quer dizer que são as questões de ligadas muitas vezes a situações de investimento ou reinvestimento também não são bem possíveis de ser feitas e até associadas a outra coisa, pela minha área por exemplo, está em curso e continua em curso a possibilidade de se obter financiamentos para melhoria de capitais próprios e a adesão foi reduzidíssima no nosso país, quando nós temos um défice de capitais próprios na maioria das nossas empresas, isso implica de imediato, quando os capitais próprios são tão reduzidos e muitas vezes a níveis já não digo negativos, que quer dizer que as empresas também não têm muitas possibilidades ou vontades de fazer investimentos produtivos e reprodutivos.

Quero dizer que em Torres isto tem sido complicado, ideias base que nós podíamos ter do ponto de vista demográfico e socioeconómico há 10 anos atrás, no tempo em que o

senhor doutor Carlos Miguel deixou de ser presidente da câmara, alteraram-se substancialmente em termos de quadros.

Tenho andado a ver dados com o Carlos Robalo do antes da pandemia e, depois da pandemia e tem sido uma transformação complicada.

A questão que estávamos a falar aqui da imigração e da regulação, por um lado liberdades de aceder a mecanismos que nos satisfaçam as necessidades de trabalho, e por outro lado queremos limitar ao mesmo tempo esses acessos ao mercado de trabalho, não sei como é que se resolve. Não posso estar a dizer que quero regular isto assim e só deixar entrar aqueles, e ao mesmo tempo, quero liberdade, de eu próprio de investimento, fazer o meu investimento livremente, que exige depois um conjunto de mão de obra, tenho que ir buscá-la a qualquer lado, mas depois não quero estar sujeito às regras de regulação, porque as regras de regulação podem limitar a minha liberdade de investimento, é que isto anda junto. No concelho isto é complicado, e está-se a tornar cada vez mais complicado.

Tenho que agradecer muitas das intervenções que foram feitas aqui e é por isso que nós estamos aqui todos não é falar, porque não temos, ninguém tem soluções milagrosas, nem ninguém consegue arranjar de forma muito rápida soluções para os diferentes problemas, por isso é que nós temos que falar uns com os outros e é por isso que a Assembleia Municipal faz o trabalho que faz com o acordo de todos, mas quero vos dizer que sem haver a participação esclarecida e empenhada, nomeadamente de muitas das entidades que estão aqui e não só, num princípio da conflitualidade, a gente não vai resolver problema nenhum e a assembleia está empenhada em encontrar formas que, como aqui já estão a ser ditas e agora ficaram aqui um conjunto de ideias deveras interessantes, desde a autarquia tem que se empenhar, e se calhar, andar na “estrada” à procura de entidades para investirem em Torres Vedras, para se calhar a própria autarquia andar a fazer trabalhos associados a levantamento das necessidades de mão de obra que são se vão sentindo no nosso concelho, sem limitar liberdades de investimento empresarial.

A autarquia está preocupada com as condições de retribuições de trabalho no sentido de elas serem mais justas e equitativas.

Estamos aqui a falar da autarquia e relação muita coisa, e para as quais se calhar a autarquia nunca terá nem competência nem capacidade de o fazer, mas pode ser um medidor de ajuda, de transformação, de conseguir ajudar outros a fazer, é por isso que estamos aqui, e é por isso que isto está a ser feito e é a nossa autarquia que o está a fazer com o contributo de todos.

Carlos Filipe - Deputado Municipal do Chega

É mais uma pergunta para os nossos convidados, pegando nas palavras do Dr. Jorge Pereira, para dizer o seguinte: há cerca de 30 % de jovens em Portugal que foram obrigados a emigrar e em Torres Vedras dos 2000 desempregados, 45% são jovens que têm ensino secundário ou até ensino superior e estão desempregados, isto é mais uma reflexão e gostaria de saber o que é que nós podemos propor para esses jovens não saírem de Torres Vedras.

Marta Gerales - Deputada Municipal do PSD

Acho que é importante abordarmos a questão dos jovens, o Carlos Pinto e bem disse-nos que, se calhar, a faixa etária que menos procura ou nesse caso, está inscrita, está à procura de trabalho são jovens, mas nós não temos desemprego, e temos jovens e como vimos nos nossos dados demográficos, temos jovens capacitados, com grandes qualificações e eu penso que nós temos que passar um bocadinho mais à frente até a nível demográfico, um bocadinho aqui na correlação de dados que temos analisado.

Nós temos que pensar que demograficamente nós queremos que eles se estabeleçam em Torres Vedras, fiquem em TV, que se fixam, que cá tenham as suas famílias e, portanto, digamos assim que demograficamente nós não estejamos a andar para trás, até no crescimento do nosso concelho e, portanto, há coisas boas, coisas que nós criamos, e decisões políticas que nem sempre são boas a nosso favor.

O facto de nós termos um passe hoje em dia que em vez de 170 euros por mês, custa 70 euros para fazer 40 quilómetros para a capital, permite não só que os nossos jovens se capacitem, mas permite também que os nossos jovens trabalhem diariamente, e estes 40 quilómetros, fazem muitas vezes que os ordenados dupliquem e nós temos que ter a consciência disso, que os jovens de TV estão a trocar algum conforto e alguma qualidade de vida na cidade que os viu nascer e que se calhar até moram cá, até por uma questão de preço de casas, e há quem tem cá os pais e, portanto, conseguem fazer algum tipo de apoio familiar, mas 40 quilómetros, 70 euros, e 2 horas por dia, muitas vezes 3, fazem os rendimentos dos nossos jovens duplicarem e, portanto, é importante, há dados que demonstram que o nosso tecido empresarial está a mudar, o nosso tipo de emprego nos setores está a mudar, mas também é importante que estas PME que cá temos consigam pagar melhor, especialmente nesta questão de empregos remunerados e também tem que haver digamos assim, um reforço também da nossa atividade económica e empresarial para o fazer.

Falo enquanto decisora política, falo enquanto jovem que já trabalhou em Torres Vedras, jovem que já trabalhou em Lisboa, que já fiz, Torres de Lisboa de autocarro, e de carro e, portanto, tendo um bocadinho de experiência, nas várias vertentes, é muito giro é muito confortável viver em Torres Vedras, mas é muito giro os nossos pais terem nos pago qualificações e nós irmos para capital ganharmos, podemos ir ganhar o dobro

para a capital e, portanto, não digo que seja um problema da nossa cidade, não digo que tenho uma solução à nossa frente, ou que seja fácil de executar, mas há um problema, digamos é um sintoma do nosso concelho e desta questão desta proximidade, que temos todos que analisar e, portanto, esta questão de haver concelhos também na zona litoral do país que já estão um bocadinho atrás da sua competitividade, mesmo estando próximos a grande cidades também nos deve despertar aqui um bocadinho, o que é que nós queremos ir também à procura, porque também não devemos ir desenfreadamente atrás de empresas e, de repente, também não podemos querer todos ter centros de dados nas nossas cidades com investimentos extremos e megalómanos, mas devemos perceber e nós que nós temos esses dados onde é que os nossos jovens se formam, qual é a maioria das áreas que os jovens se formam e nós tivemos acesso a esses dados o ano passado.

Então que tipo de empresas que queremos cá, tendo em conta a capacitação dos nossos jovens e, portanto, também é um trabalho que devemos fazer quando vamos à procura de empresas, não é que nós não queiramos qualquer uma, todas são bem-vindas, mas quando fazemos estas questões estruturantes de ir atrás de áreas específicas, devemos perceber onde é que os nossos jovens se formam, nós temos esses dados.

Que tipo de remunerações é que eles querem e, portanto, deixo também à consideração de todos o tema.

José Correia - Presidente da Assembleia Municipal

Só quero frisar que estamos num momento do ponto de vista de transformação do nosso concelho, quanto a mim, surpreendente e ainda há um bocado se falou aqui da importância de dados etc.

Eu digo mesmo que a alteração da vocação de atividades económicas no nosso concelho, vai-se expressar e da forma mais aguda nos próximos anos e de uma forma muito mais evidente. Aquilo que nós fizemos o ano passado de demonstrar que o cluster alimentar do concelho e juntámos 9 CAE, representa mais de um terço do volume de vendas que o nosso concelho produz e estamos a falar de 4 biliões, e estamos aqui a falar de um cluster que está muito associado ao agroalimentar, à produção de alimentos, vale mais de 1,5 BI, já.

Isto era uma coisa impensável há uns anos daquilo que refletia. Nós estamos a ter capacidades exportativas associadas a tudo isso que anda já ultrapassar meio BI por ano, e nós não temos noção, que isto está a acontecer no nosso concelho.

Em termos de aplicação de capital e de absorção de mão de obra, estamos a alterar perfeitamente o quadro que existia no nosso concelho.

Por isso, só vos quero dizer que há aqui coisas que estão a acontecer, no nosso tempo de uma forma muito dinâmica e rápida, e que mete em causa muito daquilo que nós pensávamos e achávamos como adequado, é só isso que eu quero dizer, porque tenho andado muito admirado e quem quiser mais dados podemos ir disponibilizando algumas coisas, mas que são de acesso público, muitos deles, e que nos surpreendem sucessivamente.

Francisco Corvelo - Deputado Municipal do PCP

Permita-me na sua pessoa saudar todos os presentes, os colegas, deputados municipais, senhores vereadores e todos os convidados aqui presentes.

Efetivamente não estava para intervir, até porque tinha sido mais ou menos consensual, na CPL, que estávamos aqui mais no sentido do ouvir e efetivamente estado com este espírito, mas sem dúvida que ouvi coisas muito importantes e que contribuiu para que, na minha opinião, este tipo de assembleias temáticas sejam, de facto, um sucesso.

Entretanto fico muito satisfeito por me parecer que é algo mais ou menos consensual, a necessidade de aumentar os salários, portanto, de haver um aumento salarial, isto é importante.

Eu devo dizer que, quando, por exemplo, ouço que as nossas empresas pagam o 14.º mês, pagam 14 meses, enquanto há outros países que pagam apenas 12 meses, eu devo dizer o seguinte, é preciso não esquecer que os países onde as empresas pagam 12 meses pagam o salário à semana. Ora, o ano tem 52 semanas, enquanto aqui o salário é pago ao mês e contabilizado nestas 4 semanas, portanto, ficam logo mais 4 semanas por pagar, portanto, 13.º mês ao fim ao cabo, é apenas um acerto que deveria ser feito.

De qualquer das formas, eu penso que foram ditas aqui coisas muito importantes. Foram apontadas pistas, que podemos sair daqui com ideias de como podemos todos contribuir para que haja melhor emprego, mais emprego e emprego com direitos e bons salários.

Rui Prudêncio - Deputado Municipal do PS

Como disse o meu colega deputado isto hoje era mais para ouvirmos do que fazermos grandes intervenções e é exatamente isso que temos estado a fazer, porque opiniões temos muitas, mas, de facto, ouvir quem está no terreno é aquilo que nos dá de alguma forma, as certezas das ações que temos que fazer e nesse sentido duas pequenas questões.

A senhora deputada Marta Geraldês falou na questão do preço dos passes, que é muito útil, a redução do valor do preço, mas, de facto, para os nossos jovens e o passe até já é gratuito até aos 23 anos, para quem anda a estudar e isto promove uma mobilidade,

para quem ainda não percebeu, desde que esse passe é gratuito nos jovens, a quantidade de vezes que os que os jovens andam para Lisboa para Torres, vêm e vão, isto cria uma mobilidade mesmo em termos mentais que também depois mais tarde, vai criar essa mobilidade à procura do emprego e à procura de outras questões e, portanto, isto era só uma questão prévia.

Agora uma questão direta, nós temos, de facto, o perfil do desempregado, ponto. A minha questão é e temos o perfil das necessidades das competências do lado das empresas, ou seja, as empresas indicam ao IEF aquilo que são as competências que necessitam e as ofertas de trabalho ou tem que ser o IFP com o desempregado na mão, ir à procura de o colocar. Isto era importante, porque também vai ajudar na lógica da tal imigração, porque, de facto, temos que ter um organismo que, de alguma forma, tenha esse perfil das competências das empresas necessárias para o trabalhador, para podemos depois então, se calhar abrimos ou fechamos as portas, era a questão.

António João Bastos - Deputado Municipal do PSD

Tenho achado muito interessante esta conversa e de todo este desenvolvimento económico e social do que nos espera no concelho, mas que tem que ser acompanhado também por condições de habitação.

O problema deste país e já tive oportunidade de dizer nesta assembleia, mas os empresários estão aqui a ouvir, acho que o principal problema, é a teia legislativa. Hoje em dia a legislação é tão emaranhada, tão grande, que os atores não conseguem desenvolver as coisas.

O caso da construção civil, o caso da construção da habitação, ou das indústrias, é um caso paradigmático, são tantos obstáculos, tantas as legislações, que entravam não só quem projeta, mas também a própria autarquia, quer dizer, a autarquia muitas vezes não tem culpa de todo o processo burocrático, porque é a própria lei, que a obriga e porque é que isto acontece?

É que dantes os códigos da construção eram feitos por técnicos, pessoas com experiência que sabiam o que é que estavam a fazer. Hoje em dia, os códigos da construção são feitos por gabinetes de advogados e criam uma teia tal, que cria um entrave enorme ao desenvolvimento de tornar as operações mais ágeis, mais fáceis.

Um caso muito prática que aconteceu, foi que em 2014 foi feito um decreto certificador de reabilitação urbana que simplificava efetivamente o processo de licenciamento para reabilitar o edificado urbano. E esse decreto fez disparar, não só em Lisboa, mas também em muitas cidades e na nossa também, o recuperar de casas com preços razoáveis, não criavam tantas exigências e esse decreto, foi revogado, e com a revogação desse decreto a reabilitação urbana caiu 80% e hoje em dia reabilitar com

todos os *inputs* que é necessário pôr no projeto e depois na construção, fica incomportável o preço e depois as casas, como dizem que as casas estão caríssimas, mas num quadro atual, não podem fugir daquele preço, o construtor não consegue fugir aquele preço, o Jorge Pereira falou no caso de uma fábrica, quer dizer e teve a ajuda da Câmara, mas são tantos os inputs que metem e tanta legislação, para as há que simplificar, há que criar um quadro legislativo mais fácil, mais objetivo, mais técnico pessoas poderem saber em que águas é que navegam.

Só uma última coisa, eu tenho sido muito muitas vezes crítico aqui na Assembleia, sobre o urbanismo de Torres Vedras, quer dizer, não há, eu digo que é difícil haver aqui uma malha ortogonal como há nas cidades. O caso das Palhagueiras junho à Frismag, já fiz aqui referência, cada fábrica do seu alinhamento, as ruas não estão alinhadas etc., hoje em dia a própria lei, já criou um sistema mais fácil de fazer as coisas, as unidades de execução, porque um plano de pormenor demora muito tempo, que tem imensos espaços e torna o processo estendido no tempo, muito moroso e difícil e caro.

Agora há unidades de execução, há que fazer unidades de execução para o facilitar não só a própria câmara, tomar a iniciativa de fazer umas unidades de execução mais fáceis e mais ágeis para tornar possível estas coisas se desenvolverem, porque se a gente estamos à espera do plano de pormenor, toda a gente sabe que demora anos e isso não se coadunam com a atualidade.

Carlos Pinto – Diretor de Centro de Emprego de torres Vedras

De facto, o começarmos a trabalhar por competências vai permitir que sejamos nós a ir às empresas e dialogar mais com os empresários, agora temos sido mais passivos e vamos ter que começar a ser mais ativos, quer dizer, sem dúvida nenhuma e, portanto, nós ainda não sabemos bem como é que vai ficar o projeto que já tem algum tempo de estudo, mas temos algum, digamos algum otimismo que venha a melhorar a nossa relação relativamente a esta matéria.

Já agora se me permite a deputada Marta Geraldês, eu só queria comentar com o exemplo do lado da emigração, um exemplo próprio.

Eu costumo dizer que há 10 anos perdi uma filha, porque teve que emigrar. Na altura olhei para isto e quando, enfim, falámos sobre isto, custou um pouco, mas digamos que amenizamos a coisa pensando que eram 2 horas de viagem e, de facto, perdi-a porque ela vive lá no Norte, onde trabalha 8 meses depois, conseguiu entrar no Serviço Nacional de Saúde, tem um lugar de chefia, não vai voltar, perdi-a mesmo, completamente.

Mas também me preocupo com os imigrantes, e dos que nós temos inscritos à procura de emprego que são muitos, são muitas dezenas, por vezes diárias, então à hora de

almoço quem quiser acompanhar o fluxo, na hora de almoço aparecem-nos um conjunto grande de estrangeiros e alguns deles estão a passar mal.

Já tivemos aí um problema dos timorenses, agora temos um problema com africanos e, de facto, não preocupa-me haver aqui alguns, principalmente asiáticos, que estão a passar fome, já há pessoas a passar fome aqui porque não têm rede, não tem suporte e, portanto, também não têm direito a subsídio de desemprego, porque não tiveram tempo de trabalho para o efeito, não fizeram descontos, e essa é uma grande preocupação, são quase 25% dos nossos inscritos neste momento aqui no concelho, é uma preocupação que eu penso que todos devemos refletir e procurar soluções, porque, de facto, é qualquer coisa que nos pode rebentar nas mãos rapidamente e isto está a acontecer, temos casos de pessoas, que nós encaminhamo-nos, naturalmente, porque estamos em rede e, portanto, a área social da câmara encaminhamos, tentamos fazer o melhor possível, mas há pessoas aí já a passar fome.

Carlos Feliciano - Público

Vou falar sobre vias de comunicação, é um tema que me parece que não foi aqui aprofundado e merece todo o respeito, ou seja, hoje os maiores empregadores das nossas aldeias, na maioria dos casos são IPSS, concretamente lares e outras entidades do género, acontece que nós, temos para captar trabalhadores aqui a 10 quilómetros, um autocarro de manhã bem cedo e outro autocarro à noite. Tínhamos capacidade para empregar muito mais gente, ser muito mais bem servidos se houvesse outro tipo de transportes, ou algum cuidado nos horários dos transportes.

Neste momento é um grande problema, Póvoa de Penafirme tem autocarro de manhã e à noite, o que já não acontece para Santa Cruz.

Monte Redondo, há um lar do qual até faço parte, é um problema arranjar trabalhadores porque não conseguem ir em autocarros, isto não pode acontecer.

A estrada de Torres Vedras para Alenquer como está, é uma prioridade, há muitos anos. Que é uma das melhores vias de comunicação para os nossos produtos, não está feita, não está arranjada, eu vou dar a volta à autoestrada para ir para o Carregado porque tenho medo de andar naquela estrada, está cada vez mais perigosa, e então se apanharem os camiões de pedra seguidos vamos em comboio em vez de ir de automóvel.

Mete-me impressão é como é que da parte da câmara, a nossa cidade chega às 16 horas da tarde e fica paralisada e eu não vejo ninguém a tomar medidas.

Vejo a R. Humberto Delgado, que é uma das vias principais da cidade, vejo o que se está a passar na Via Poente, a quantidade de acidentes e a maneira como se está a circular que é perigosíssima, e eu pensava que havia uma forma de estabilizar mais as coisas, e não há TUT.

Eu moro numa zona, a cerca de 2,5 km da cidade chegam a passar 3 TUT seguidos e outro depois só passado hora e meia. Isto não pode acontecer. Ou há uma, reordenação ou uma chamada de atenção de alguém para tomar conta deste “negócio” ou então isto não funciona.

Cada vez há mais gente a vir de automóvel para a cidade, nunca me aconteceu às 8h demorar 26m para vir da Perna de Pau para Torres, e depois andamos o dia todo com a Promotorres a chatear as pessoas, porque estás mal-estacionado, etc., isto não tem lógica nenhuma.

Há que dar uma volta uma vez por todas, terem a coragem de ordenar o transito na cidade e não dizer como uma pessoa com responsabilidade no transito me disse a mim “isto é provisório, é só para ver como as coisas vão”.

Acho que uma das coisas que a CMTV tem que pensar é de facto o transito na cidade. Isto está a ser caótico, porque as pessoas inclusive fogem daqui por causa disso.

O comércio, vejo que sofre, porque as pessoas não querem vir ao centro da cidade e depois “comprem no comércio local”, mas por outro lado estamos a estragar o comercio local.

Não sou político, mas há uma coisa que eu gosto é ver a minha cidade bonita e neste momento vejo a minha cidade parada a partir das 16h e de manhã quando vamos para o trabalho.

José Correia - Presidente da Assembleia Municipal

Só quero dizer que temos que gravar estas coisas, porque vai ser um bom trabalho, desbravar isso tudo e depois sintetizar isto em propostas, que depois serão devidamente publicitadas, porque foi dito aqui muita coisa nesta assembleia, extremamente interessantes e necessárias e para serem sintetizadas e por à discussão da própria Assembleia Municipal e ser enviadas para os diferentes órgãos, que é a nossa missão como Assembleia Municipal.

Só mais alguns dados interessantes: o conselho de um ano para o outro, vendeu quase mais 400 milhões de euros, o volume de vendas total do concelho das empresas, com volumes de venda registados via IES, de 21 para 22 subiram mais de 400 milhões de euros. Não se vai assim embora tanta gente, pois aumentou-se o volume de vendas.

E depois temos outra coisa interessantíssima é que todos os anos temos batido record de matrículas de automóveis no concelho, e pior ainda eramos o 5.º conselho que consumia mais combustível per capita no país.

O território também não cresce e não se conseguem tomar decisões assim tão rápidas, e tem sido uma transformação, aquilo que estava aqui a ser dito da imigração, há 4 anos não existia, não existia o problema, no nosso concelho, até porque estávamos em início de pandemia, há 3 anos muito pouco e nos últimos 2 anos teve e evolução que teve e ninguém sabe como é que estas coisas acontecem.

Vasco Ferreira - Conselho Municipal da Juventude

Porque se falou aqui nos transportes e como sou utilizador diário das carreiras para Lisboa só dar nota de uma coisa que eu acho impressionante e acho que em Portugal isto é flagrante, nós vamos a qualquer cidade europeia e temos uma rede de transportes que sabemos os horários de minuto a minuto, em Torres Vedras foi implementado um sistema de informação ao utente da mobilidade, que custou, segundo o portal base mais de 200.000 euros, este número assunta, o sistema está em teste há dois anos, o sistema não funciona. Há uma duplicação de meios de informação que só é vista em Torres Vedras, haver dois painéis de informação que dizem literalmente a mesma coisa para a mesma paragem e para a mesma carreira. Um sistema que custou quase 200.000 euros. Devia ser implementado em 132 dias como diz no portal base, vamos em 2 anos.

Álvaro Santos - Membro da Assembleia de Freguesia de Ponte do Rol

Correndo o risco de lavrar em erro, falou-se aqui que valia mais apanhar o comboio, mas não foi no tempo que lá andei porque demorava 2 horas para Lisboa. Temos presente que está a ser eletrificado, não tenho presente se vai por Meleças ou para Loures, acho que fazia sentido ser Loures, porque aí vai ter Metro, e estamos em qualquer ponto de Lisboa muito facilmente, se formos para Meleças estaremos na linha de Sintra.

Ana Teresa Carvalho - Deputada Municipal do UTV

Esta questão do trânsito e eu agradeço imenso as 3 intervenções que foram feitas, que eu revejo-me completamente e quando falamos que os jovens têm sensibilidade e sentem isto na pele e nós mais velhos também deveríamos estar a sentir, que se fomentarmos a utilização dos transportes públicos, e andar a pé, e ter segurança para nos deslocar a pé, isso já várias vezes que eu referi isso em assembleias, temos aqui uma série de localidades a menos de um km da cidade em que facilmente as pessoas podiam vir a pé ou bicicleta, mas não há segurança para isso e, como tal, vêm de carro.

Sobre os transportes públicos, foi falado na questão dos horários nestas novas paragens, no entanto, 80% ou mais, distribuídas em todo o concelho, não tem horário,

nós não sabemos muitas vezes seu é comum, ao TUT e á carreira normal e horário nada. Eu já não sei o que é que é dizer mais, porque já disse isto tantas vezes e é uma coisa tão simples.

José Correia - Presidente da Assembleia Municipal

Como eu disse no início comprometemos a fazer uma síntese, o mais explícita possível de tudo o que se passou aqui, e fazer a maior divulgação possível e também através dessa síntese, fazermos algumas propostas que possam vir a ser apresentadas à Assembleia Municipal como recomendações a enviar a diferentes entidades de acordo com aquilo que foi aqui proposto por vários, e houve aqui boas propostas.

Agradecer e, sobretudo aos oradores, a disponibilidade, o compromisso cívico, como disse inicialmente e quero agradecer a todos os nossos convidados que estiveram aqui e que participaram, não só pela amabilidade, como também a coragem e a persistência, e a todos os senhores deputados, senhores vereadores, a comunicação social também, a todos aqui, a todos os amigos e agradecer, dizendo que vão continuar a existir assembleias municipais temáticas, porque parece que é uma coisa que faz sentido, e que nos traz até em termos de informação para a decisão política que é uma coisa bastante importante, a possibilidade de quando decidimos, termos uma visão mais real dos sentimentos e dos desejos de quem se envolve nos problemas, que essas próprias assembleias querem tratar.

Hoje estávamos aqui a falar de emprego e de empresas e colateralmente falou-se de outros problemas que a montante ou jusante, os transportes, o emprego e que as empresas solicitam que se resolva também, e é dentro dessa interdependência sistémica que tudo isto tem, que estas assembleias municipais temáticas que por muitos temas específicos que tratem, trazem à tona e que nos enriquece a todos.

Muito obrigada e boa noite a todos.